

4.

Favela Traduzida: funkeiros e mediadores culturais

A abertura de novos espaços de expressão cultural e política para jovens pobres do Rio de Janeiro tem-se dado, principalmente, através dos movimentos culturais – o que torna esses movimentos imprescindíveis ao fortalecimento da vida democrática. Pode-se mesmo dizer que, no Brasil, a ampliação das bases sociais da democracia tem seguido o caminho da culturalização das identidades da juventude que habita a periferia das grandes cidades. Esse, contudo, não é um fenômeno de características inéditas.

Como se sabe, desde a passagem do século XIX ao XX, a cidade do Rio de Janeiro se caracteriza pela produção de uma cultura popular bastante robusta e relativamente autônoma em relação às práticas culturais das camadas dominantes. José Murilo de Carvalho (1987), em seu livro *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não Foi*, afirma que, no processo de construção republicana, embora a população pobre da recém tornada capital da República não tenha sido incorporada à esfera estatal, sua vida cultural continuou afirmativa e com forte presença nas ruas cariocas. Essa é a origem das festas de largo, das procissões, das quermesses, isto é, celebrações que tendiam a misturar ricos e pobres, brancos e pretos, muitas vezes a partir da mediação das “tias”, matriarcas populares que costumavam as relações entre diferentes estratos da sociedade. Mas nem todas as práticas culturais populares gozaram dessa franquia. Houve também a perseguição e marginalização de muitas delas – como a capoeira e o samba, apenas para citar alguns exemplos. Isso, porém, não terá significado seu fim. Ao contrário, acabou gerando resistência suficiente para que estas mesmas práticas se tornassem uma via importante de integração horizontal (Burgos, 2006).

Portanto, a sugestão de que, na atualidade, a ampliação da democracia brasileira se faz mediante a culturalização de identidades permite formular algumas comparações com a emergência do samba, em outro momento da história brasileira. Não pretendo fazer uma análise comparativa entre o funk e aquele

fecundo movimento cultural e social. Mas acredito que se pode extrair algum rendimento heurístico da história do samba, sobretudo no que se refere à ideia de que sua constituição como expressão da cultura nacional significou, entre outras coisas, uma ampliação das bases sociais da democracia no Brasil.

O processo que elevou o samba à categoria de cultura nacional possui inúmeros e complexos aspectos (Carvalho, 2004). Porém, o traço, talvez, mais importante seja o da apropriação do samba por diferentes estratos da sociedade, além daqueles que lhe deram origem, permitindo a integração de grupos heterogêneos e transformando o samba numa linguagem comum. Para isso foi extraordinariamente importante a atuação de intelectuais, artistas, jornalistas e políticos. Como afirma Maria Alice Rezende de Carvalho (2004: 48), “o samba democratizou a sociedade porque os interesses associados àquela inovação musical impuseram a superação de guetos e de formas particularistas de inscrição na vida urbana.”

Com o funk, esse processo de mediação, que foi imprescindível para a transformação do samba na mais importante expressão da cultura nacional, não aconteceu – pelo menos não até agora, ou com o mesmo vigor. Vianna (2000) aponta como uma das principais causas do desconhecimento do funk pelas áreas mais abastadas da cidade sua incapacidade de produzir seus mediadores. Essa incapacidade é atribuída ao acirramento contemporâneo das barreiras sociais e espaciais na cidade do Rio de Janeiro.

Maria Alice R. de Carvalho (2004: 41; 49) desenha um cenário sócio-cultural no Rio de Janeiro do início do século XX em que os intelectuais do mundo popular – seus músicos, sobretudo – exerciam crescente atração sobre diferentes estratos sociais da cidade. Entre os diversos mediadores apontados pela autora, jornalistas, repórteres e demais profissionais associados aos meios de comunicação parecem ter tido papel fundamental na assimilação do samba pelas elites locais, debatendo o assunto em colunas devotadas à cultura e divulgando a ocorrência de eventos, como as rodas de samba, na cidade. Nesse sentido, no caso do funk, a imprensa teve um papel diametralmente oposto, como tenho tentado demonstrar ao longo desse trabalho.

A variável que pode ter sido responsável pela mudança no tratamento dispensado à cultura popular no Rio de Janeiro, entre o começo do século XX e

hoje, é a perda de autonomia dos pobres residentes na periferia e sua captura por grupos ilegais, que os controlam e subordinam. Novamente Maria Alice Rezende de Carvalho, dessa vez em artigo sobre a violência (2000: 48-49), considera que a proliferação de ações criminosas na cidade é efeito “da privação de liberdade, que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade”. Ou seja, fora da esfera estatal, fora da sociedade política, sem acesso à cidadania, os mais pobres abdicaram de se organizar contra a invasão de suas comunidades e de suas práticas culturais por contraventores, bicheiros e mais recentemente, por traficantes e milicianos. Haveria, então, para a autora (2000: 60), um processo de modernização que, ao longo do século XX, reiterou, em diversos momentos-chave, a “marginalização política dos segmentos populares” com graves consequências para o cotidiano da cidade – não só no plano da convivência entre diferentes atores, mas também no que se refere à possibilidade de construção de artefatos culturais capazes de romper fronteiras sociais, de cortar transversalmente a cidade.

Vianna (2000: 187) é outro autor que ressalta a necessidade de instâncias mediadoras para lidar com a complexidade das sociedades contemporâneas, e, no caso do funk, cita o “apadrinhamento” do gênero musical pela apresentadora Xuxa, em um momento em que ele era constantemente bombardeado na grande mídia. Segundo Vianna, o programa televisivo comandado por Xuxa teria sido responsável pela chegada do funk nos lares da zona sul carioca.

Tendo em vista as considerações precedentes, minha sugestão é a de que a APAFunk tem tentado insistentemente estabelecer vínculos e consolidar alianças com diferentes setores da sociedade organizada, principalmente grupos universitários e partidos políticos, pois reconhece, intuitivamente, que eles podem se converter em mediadores. Afinal, no pouco tempo da sua existência e atuação, essa aproximação já lhe rendeu a entrada em outros espaços e a legitimação de suas demandas. O Manifesto da APAFunk, apresentado no capítulo anterior, exprime a necessidade dessas alianças:

“O primeiro passo nesse processo é a união de todos, funkeiros e apoiadores, pela aprovação de uma lei federal que defina o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Reivindicar politicamente o funk como cultura nos fortalecerá enquanto coletivo para combatermos a estigmatização que sofremos

e o poder arbitrário que, pela força do dinheiro ou da lei, busca silenciar a nossa voz.”

Não é sem razão que a construção de alianças, tanto internas quanto externas ao universo do funk, aparece como primeiro passo a ser dado. O manifesto deixa claro que os funkeiros, pelo menos os envolvidos no movimento, sentem que suas vozes estão sendo caladas. Nas palavras de Young (2000: 165):

“In a formally democratic society where there are structural social and economic injustices, many of those who suffer such injustices are likely to be excluded, silenced, or marginalized in the formal democratic political process as well. This political inequality tends to create conditions in which the social and economic injustice or marginalization is not likely to be addressed as a problem by legislators and other public officials.”

Alianças com segmentos sociais que não se encontram nessa mesma situação são, portanto, essenciais para que as demandas desses grupos sejam ouvidas em outras esferas. Young (2000: 83) ressalta esse ponto:

“[...] communication of the experience and knowledge derived from different social positions help correct biases derived from the dominance of partial perspective over the definition of problems or their possible solutions.”

MC Leonardo demonstra entender o potencial dessa comunicação de experiências, como descrita por Young, quando afirma:

“Usar o funk que é da favela, na sua maioria negra, pra entrar dentro da universidade, que tem sua maioria branca, e que tem sua maioria fora da favela, você sai do campo cultural, deixa de ser uma questão cultural pra ser uma questão social.”

Assim, as parcerias estabelecidas com movimentos criados dentro da universidade, como o ‘Direito pra Quem’, da UERJ, ou o ‘Vírus Planetário’, da PUC-Rio, grupos que auxiliaram na elaboração da cartilha dos direitos autorais para os MCs do funk, são extremamente valorizadas por Leonardo; são percebidas, claramente, como alianças estratégicas para o desenvolvimento do funk.

“No fundo, eu sabia que classe nenhuma vai conseguir nada sozinha, quem vai conseguir a reforma agrária nesse país é quem não trabalha com terra. A luta

pela moradia só vai ser séria, se quem tiver moradia brigar. Não vai acontecer diferente. Toda a sociedade tem que se mobilizar para todo tipo de problema, porque existem problemas que o camarada acha que não vão atingir ele, mas vão.”

A aliança com um partido político, no caso o PSOL, foi fundamental para a concretização da APAFunk. A ideia da associação já estava na cabeça do MC Leonardo há muito tempo, mas foi o encontro com o deputado Marcelo Freixo, viabilizado pela antropóloga e professora universitária Adriana Facina, que significou a materialização de um caminho para a construção da entidade. Foi o encontro com o deputado que permitiu o acesso do MC à Assembleia Legislativa.

Na época em que entrevistei o MC, estávamos às vésperas das eleições de 2010. Mesmo se declarando independente de qualquer partido político, era claro que, para o MC, os rumos da APAFunk dependiam, em um certo sentido, da reeleição do deputado Marcelo Freixo.

“Se o Marcelo não ganhar vai ser uma perda muito grande, não pra APAFunk, que vai continuar existindo, mas é como se eu andasse de moto e passasse a andar de velocípede. A diferença é essa, vou continuar andando, mas de uma maneira muito lenta, porque eu uso o mandato pra tudo, [se] eu quero falar com o governador... – hoje em dia não, porque eu tenho o contato dele, das secretárias também – mas o chamamento foi feito através do mandato do Marcelo.”

A vitória na ALERJ abriu o caminho para que a APAFunk lutasse pela reabertura dos bailes funk nas favelas. Segundo Leonardo, quando o governador sancionou a Lei 5.543/09, houve uma audiência na qual ele pôde expressar sua preocupação com eventuais problemas que a polícia poderia gerar na implementação da lei. O governador lhe disse que procurasse o coronel Mario Sergio, comandante geral da polícia militar. Assim, em uma reunião da qual participaram Leonardo, o deputado Marcelo Freixo e profissionais da mídia, o coronel sugeriu fazer um fórum, em que ele listaria os dez maiores problemas que a polícia tem com os bailes funk. O MC respondeu que, sendo esse o caso, também listaria os dez maiores problemas que os funkeiros têm com a polícia. Segundo o MC, esse poderia ter sido um bom encaminhamento, mas, logo depois do encontro com o coronel Mario Sérgio, houve o episódio do helicóptero da

polícia abatido por criminosos na favela do Morro dos Macacos. O MC mandou dois *e-mails* para o coronel, que disse que voltaria a contatá-lo, mas não o fez.

Leonardo, então, marcou uma reunião com José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

“Quando eu cheguei no Beltrame, ele falou pra mim: se eu liberar um baile dentro das favelas ocupadas e acontecer alguma coisa o Ministério Público vai vir em cima de mim, porque existe uma resolução em curso, que é a 013, que tem que ser cumprida.”

Segundo o MC, a resolução faz uma série de exigências impossíveis de serem cumpridas por um evento como um baile funk em favelas.

“Parques e Jardins pra qualquer evento; três geradores em pontos estratégicos – você tem que chamar um técnico da Light que esteja de plantão pra dizer quais são os pontos, alugar esses três geradores para um evento de mais de 300 pessoas, mesmo que seja na sua casa. Você tem que podar todas as árvores que tiver na rua; você tem que solicitar a troca de toda a iluminação na rua e você tem que ter vaga pra 50 carros no mínimo. São certas coisas que você fica na mão da polícia, até quando você não está fazendo negócio. É uma festa na sua casa, você fica na mão da polícia.”

Há certo exagero na descrição das exigências contidas na resolução. A resolução 013 da Secretaria de Segurança Pública regula a realização de eventos artísticos, sociais e desportivos no Estado do Rio de Janeiro, com a intenção de uniformizar a atuação dos órgãos de administração pública estadual, responsáveis pela manutenção e preservação da ordem pública.

A resolução vincula a realização desses eventos à autorização das seguintes autoridades: o comandante da Organização da Polícia Militar - OPM, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Segurança e o delegado-titular da Unidade de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. No pedido de autorização deverão constar informações como: data, local, horário de início/término, número de ingressos postos à venda, tipo de show, público alvo e limite de faixa etária.

Para a realização de eventos em locais fechados, sob administração pública ou privada, com cobrança de ingressos, como Praça da Apoteose, Riocentro, estádios de futebol e parques de exposições, há uma série de requisitos

a serem atendidos, porém há exceção para casas de show ou similares que já tenham ato de consentimento baseado em legislação anterior. Acredito que a maioria dos bailes funk aconteça em locais como clubes, quadras de esporte e quadras de escola de samba que já tenham algum tipo de autorização, como um alvará de funcionamento, por exemplo.

De qualquer maneira, vale fazer um resumo das exigências contidas na resolução¹, uma vez que o próprio secretário Beltrame avisou a Leonardo que teria problemas com essa resolução. Os requisitos são os seguintes: “nada opor” da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ; plano de incremento de transportes de massa; delimitação de áreas de estacionamento no local; cópia da solicitação de “nada a opor” efetuada ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ e Prefeitura Municipal; cópia da solicitação para cadastramento e fiscalização de ambulantes; cópia de ofício à Fundação Parques e Jardins, solicitando a poda de árvores na área externa ao local do evento; cópia de ofício à RIOLUZ, solicitando, caso o evento ocorra no período noturno, reforço na iluminação na área externa do evento; e cópia do ofício comunicando ao Juizado de Menores a realização do evento. Vale ressaltar que há outra lista de exigências para eventos realizados ao ar livre, sem cobrança de ingresso.

Em relação ao que o MC apresentou como exigências da resolução e o que a resolução realmente exige há alguma diferença. Não há, por exemplo, menção a eventos em residências particulares, como afirmou Leonardo. Porém, e mais importante, a resolução não exige do organizador do evento que seja responsável pela poda de árvores ou pela iluminação da rua. Exige apenas que seja enviado um ofício à Fundação Parques e Jardins e à RIOLUZ, solicitando que os serviços sejam feitos.

É provável, portanto, que o descontentamento do MC Leonardo com a resolução decorra mais da maneira como ela foi concebida, do que do que ela contém. Os termos da resolução foram concebidos no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, no início do governo de Sergio Cabral. Segundo Leonardo,

¹ O texto integral da Resolução 013 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro se encontra em anexo nesse trabalho.

“... não consultou absolutamente ninguém que faz evento no Rio de Janeiro; todo mundo tem que obedecer a essa resolução. Ela foi feita por uma delegada, ela não foi debatida, ela não foi comunicada, ela foi imposta, não me interessa o que está escrito na resolução, ela está errada na maneira em que ela foi feita. Como é que uma pessoa senta atrás de uma mesa e escreve o que uma cidade toda vai ter que cumprir. Eu cheguei pra ele e disse: então eu vou mudar essa resolução, vou reunir todos os produtores culturais do Rio de Janeiro e vou mudar.”

A fala de Leonardo demonstra que houve um aprendizado importante na luta em prol da lei de reconhecimento do funk como movimento cultural. Aquela experiência terá contribuído para que o tema da participação democrática na elaboração de instrumentos legais fosse assimilado de forma definitiva, sendo acionado, como se vê, no debate sobre a resolução 013. Além disso, Leonardo passou a se sentir legitimado e com poder suficiente para questionar a forma como foram estabelecidas as regras para sua ação como produtor cultural. O que lhe permitiu manifestar seu interesse em alterar não apenas as regras, mas também os procedimentos que deram ensejo a elas. Talvez esteja aí um pequeno e embrionário indício do novo lugar que os movimentos culturais da periferia podem ocupar, uma vez organizados em entidades autônomas, ao estilo da APAFunk.

Através do gabinete do deputado Marcelo Freixo, o MC conseguiu uma reunião com o procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Lopes, em que, segundo o MC, teria ouvido dele,

“... a gente abre um parêntese, agora, na lei, não valendo para áreas carentes que não as comportam [aquelas exigências]. Por mim eu faço agora, você pode fazer seu evento lá que o Ministério Público vai entender o que é o baile funk. Porque aqui, nas festas de final de ano, é o único som que todo mundo dança.”

Nessa reunião, o procurador-geral teria sugerido ainda a organização de uma comissão para estudar medidas que favorecessem a realização dos bailes funk. Essa comissão foi, de fato, organizada, e contou com a participação de um promotor de Justiça, de representantes da classe artística com certa visibilidade, como a cantora Fernanda Abreu, de um representante das secretarias estaduais – de Cultura, Segurança Pública e Educação –, de um representante da Polícia

Militar, um membro da APAFunk, representantes da Fundação Getúlio Vargas e um assessor do deputado Marcelo Freixo.²

Segundo o MC, ele “*deu sorte*” porque o representante enviado pela Polícia Militar foi o coronel Robson, que

“... viu o que eu pregava como presidente da APAFunk e, depois que ele foi indicado como comandante geral das UPPs, ficou muito mais fácil eu ter uma relação com a polícia... Ele já me conhecia, então ficou muito mais fácil.”

Essa comissão abriu as portas para que fosse realizado o primeiro baile funk no Morro dos Tabajaras, depois da sua ocupação pela Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. O acordo entre a APAFunk, a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e a Polícia Militar foi selado no sentido de que esse baile funk funcionasse como uma “*experiência piloto*” a ser replicada em outras favelas igualmente pacificadas. O que ainda não aconteceu.

A decisão de realizar o baile funk no Tabajaras contou com a aprovação da comunidade local. Foi realizada uma reunião com os moradores em que se aprovou a organização do baile. Ficou, então, decidido que o baile seria semanal, aos sábados, com término previsto para as quatro horas da manhã. Nenhuma dessas decisões foi cumprida. Alegando falta de contingente, o capitão Senna, responsável pela UPP do Tabajaras, decidiu que os bailes seriam quinzenais e que terminariam às três horas da manhã.

“Agora, no Tabajaras, a gente conseguiu colocar na quadra, no meio da semana, mais ou menos umas 60 pessoas para debater se queriam ou não o baile. Ficou acertado que o baile iria acontecer. No final, eu falei pra eles, vocês estão dando orgulho a sua família – eram senhores, na hora da novela. Vem pra cá na semana que vem discutir a água, não deixa a polícia fazer isso com vocês não, o capitão tava do meu lado, não deixa a polícia decidir por você não, discuta a sua água, a sua luz, o seu lixo. Assim como você tá fazendo com o funk aqui, discuta outras coisas, porque só assim é que vai mudar.”

O incentivo dado pelo MC Leonardo para que a comunidade não abra mão de discutir seus direitos, seus problemas e suas eventuais soluções, buscando, desse modo, limitar o controle e o poder decisório que, nas favelas pacificadas, se

² Essa informação foi extraída da matéria intitulada “Comissão proposta pelo MP estudará nova legislação para os bailes funk”. Disponível em: <http://APAFunk.blogspot.com/2010/06/comissao-proposta-pelo-mp-estudara-nova.html>, acessada em 10 de junho de 2010.

encontra basicamente nas mãos das UPPs, pode ser pensado na chave da gramática civil proposta por Vera da Silva Telles (1994). A autora apresenta os direitos como uma gramática civil que estrutura as relações sociais, pois é a partir dela que se formam os vínculos necessários para o reconhecimento do outro como portador de direitos. Nessa visão, os direitos são formas de sociabilidade que garantem a elaboração de regras e parâmetros que vão balizar a sociedade no processo constante de interação, negociação e definição de critérios para a conduta social. Isso só é possível dentro de uma cultura democrática, que reconhece e legitima conflitos e diferenças constituintes de uma sociedade plural.

É, pois, na articulação desses conflitos que se constrói uma linguagem pública capaz de dar conta das dimensões éticas e valorativas de uma sociedade democrática robusta. Para isso, são necessários espaços públicos ativos, em que o debate se dê de forma aberta, com a circulação de ideias e opiniões, para o exercício amplo da cidadania. A capacidade de interlocução nesses espaços é o que garante a vocalização de novas demandas, e, portanto, a ampliação da esfera pública. Guardadas as devidas proporções, a assembleia de moradores do Morro dos Tabajaras que reuniu representantes da UPP local e da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro pode ser lida como um esboço desse tipo de espaço público “ativo”, que Telles propõe.

Para a autora, a complexidade da sociedade brasileira traz sérios obstáculos para o desenvolvimento dessa cultura, já que não possuímos uma tradição democrática. O que reina na sociedade é uma confusão entre as fronteiras do público e do privado, entre direitos e privilégios. Como a modernização do país não significou a garantia de cidadania a todos os segmentos sociais, a complexificação social decorrente desse processo de modernização é marcada por uma lógica hierarquizante, em que as diferenças se refletem em privilégios ou discriminações que nada têm a ver com a ampliação da cidadania e o reconhecimento da equidade e da diferença.

Essa lógica hierarquizante, infelizmente, ainda é predominante nas instituições públicas, principalmente quando estas estão lidando com os segmentos mais pobres da sociedade. Mesmo sendo uma proposta de política de segurança relativamente diferente das que foram implementadas nas últimas décadas, as UPPs também funcionam dentro dessa lógica, de que é exemplo a

atitude do capitão Senna ao modificar as decisões sobre o baile funk no Tabajaras.

A fala da professora Adriana Facina reforça essa ideia:

“Essa galera da UPP tem uma formação diferenciada; só que eles entendem o trabalho deles, inclusive no aspecto cultural e social, como uma missão civilizadora. O cara não está proibindo o funk só porque o funk é coisa de tráfico, mas porque o favelado tem que ser de outra cultura. Eles falam em cultura de paz, então, ao invés do funk, porque você não coloca lá uma música folclórica? É esse tipo de cultura, distribuir brinquedos no dia da criança... Eles já falaram: eles não têm amadurecimento ainda para o funk. Eles (os policiais) são preparados para isso mesmo, são os benfeitores ali, que vão fazer caridade. E eles têm a idéia de que o favelado se relaciona assim com autoridade, seja a do tráfico, seja a da polícia. Então, eles vão substituir o tráfico fazendo essas coisas. Não está funcionando errado, a lógica é essa. [É] a visão do povo da favela como um povo infantilizado, que não está maduro ainda, que tem uma cultura precária, que você tem que levar cultura.”

Telles aposta na emergência de uma sociedade civil capaz de propor uma nova contratualidade redefinidora do papel do Estado. Nesse sentido, os movimentos sociais seriam fundamentais para o encaminhamento de demandas que irão pautar a agenda pública. Essa nova contratualidade visa à explicitação dos conflitos e à capacitação dos atores para a negociação, em vez da construção de consensos que abafam as tensões e contradições da sociedade. Segundo a autora esse contrato seria:

“... um contrato peculiar que não se reduz ao ordenamento jurídico estabelecido, pois é plural, ancorado em contextos societários diversos e regidos por regras sempre a serem reinventadas e negociadas na temporalidade própria, particularizada e muitas vezes inusitada dos conflitos. Não se estrutura, portanto, no registro da ordem e do consenso (...), pois define exatamente o campo no qual os conflitos se processam nos rituais da negociação em torno da(s) regra(s) de justiça que deve(m) prevalecer nas relações sociais”(p.101)

Ao exaltar a necessidade de a favela “falar”, ou melhor, de as favelas “falarem”, mediante a exposição pública de suas questões, o MC Leonardo parece buscar a interlocução necessária para a construção da gramática civil de que nos fala Telles e, através dela, realizar aquilo que ele define como pacificação.

“Só a favela é que vai poder falar, não existe outra pessoa. Não tem condições de antropólogo, sociólogo, de estudioso de esfera nenhuma, dizer o que vai se fazer com as favelas ocupadas. Sabe por quê? Porque a Rocinha não é igual ao Macaco, o Macaco não é igual à Maré. E o modelo é o mesmo, modelo esse que foi pensado, discutido, elaborado e implementado pela Secretaria de Segurança

Pública, e não discutido com a favela. Expulsamos vagabundo, agora vamos discutir que tipo de polícia que a gente vai querer, se a gente vai querer funk, se a gente vai querer que a polícia intermedeie o negócio do gatonet com a empresa ou não, se fica na função do presidente da associação, se a gente vai resolver o problema da água, como resolve, quem é que chama. Isso é pacificação. Agora não. A polícia chegou lá no Santa Marta, cortou o funk do cara, cortou o sexy hot do cara e o jogo do Maracanã, o cara ficou sem jogo, sem funk, sem nada.”

Porém, como se vê pela fala acima, esse processo de interlocução ainda parece longe de se realizar. Durante a realização do meu trabalho de campo, pude participar de momentos difíceis na negociação do baile do Tabajaras. Mesmo com o baile já iniciado e sem ter dado nenhuma ocorrência, no sábado dia 9 de outubro, a polícia se instalou na porta da quadra, barrou pessoas arbitrariamente, mesmo com os ingressos comprados, e terminou dentro do recinto do baile, com as armas na mão. É importante dizer que eu não estava presente quando isso ocorreu. Portanto, me valho das informações dadas pelo MC Leonardo, pelo presidente da escola de samba, em cuja quadra o baile acontece, e pelo dono da equipe de som que realiza o baile. Mas participei, quando permitido, dos eventos que se sucederam depois desse episódio, como relato a seguir.

No dia 14 de outubro de 2010, MC Leonardo me ligou avisando que tinha uma reunião na Secretaria de Segurança sobre a realização dos bailes no Tabajaras, já que no sábado anterior a polícia havia interferido com o baile e quase houve uma confusão maior. A reunião contou com a presença da secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Rattes, com o capitão Renato Senna, comandante da UPP do Tabajaras, e com o coronel Robson, comandante geral das UPPs.

MC Leonardo marcou comigo na gare da Central do Brasil às quatro horas da tarde, para dali seguirmos, a princípio, para uma roda de funk na favela da Maré e depois para um show no campus da UFRJ, na Praia Vermelha, em prol da devolução para a universidade do espaço ocupado pelo Canecão, tradicional casa de shows da cidade. O terreno em que a casa de shows se localiza pertence à UFRJ, e os donos não pagavam aluguel e/ou IPTU há muitos anos. Os alunos organizaram, então, uma manifestação, exigindo a devolução do espaço para a universidade.

Esperei por quase uma hora pelo MC, pois a reunião demorou bem mais do que ele previra. Com isso não fomos para a Maré, que deu início à roda de funk sem ele. Partimos da Central do Brasil para o campus da Praia Vermelha, na Urca. Os outros MCs integrantes da APAFunk, que estavam na Maré, deveriam nos encontrar na UFRJ.

Na Central, o MC estava bastante agitado. Segundo ele, a reunião havia sido boa, mas as coisas não estavam sendo resolvidas com a rapidez que ele gostaria. A secretária de Cultura havia lhe pedido que tivesse calma, alegando que as coisas eram assim mesmo, que demandavam um processo de negociação.

Mas a maior reclamação do MC ao sair da reunião era a falta de entendimento da polícia em relação ao baile. Na sua visão, o baile ajuda a conter os ânimos dentro da comunidade, principalmente os dos jovens, que precisam de entretenimento e lazer.

“Pra quê que serve o baile funk do Tabajaras? Serve primeiro para tirar a tensão que existe naquela comunidade com algo que ela quer realmente e que pode pagar.”

No dia seguinte à reunião na Secretaria de Segurança Pública, houve uma reunião na quadra da escola de samba Unidos da Vila Rica, no Morro do Tabajaras, onde, aos sábados, o baile funk é realizado. Estavam presentes o MC Leonardo, Mano Teko, Eduardo, dono da equipe de som, o capitão Senna, membros da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, o presidente da escola de samba e um membro da equipe do deputado Marcelo Freixo. A ideia era expor todas as exigências feitas pela polícia para a realização do baile, como a ampliação da saída de emergência, a presença da Companhia de Engenharia e Tráfego do Rio de Janeiro - CET-Rio, vistoria do corpo de bombeiros e sua autorização para o baile, mediante um “nada opõe”. Vale ressaltar que a quadra da escola de samba, onde o baile é realizado, já possuía um alvará de funcionamento válido.

Mesmo assim, o capitão Senna estava irredutível. Sem a vistoria do corpo de bombeiros, ele não permitiria a realização do baile no sábado seguinte, já que não queria arcar com a responsabilidade do baile sozinho. Segundo o capitão, desde o primeiro baile ele havia solicitado o auxílio de outros órgãos públicos

para a organização e vistoria do baile e até aquele momento ninguém havia aparecido. O comandante da UPP do Tabajaras não queria mais ter que deslocar contingente para “cuidar” do baile e assumir toda a responsabilidade sozinho.

No dia seguinte, fomos, eu, o MC Leonardo, o presidente da escola de samba e um assessor da Secretaria de cultura, ao Corpo de Bombeiros do centro da cidade, na divisão de entretenimento, para conseguir esse documento. Chegando lá, fomos atendidos por um sargento, bastante simpático, mas que foi logo dizendo que eles estavam sem contingente para fazer tal inspeção e que, além disso, como o alvará da quadra estava em dia e estabelecia a capacidade máxima em 500 pessoas, esse limite significava que o “nada opõe” do Corpo de Bombeiros não era necessário.

Voltamos ao Morro dos Tabajaras para conversar com o capitão Senna e explicar o que o sargento do Corpo de Bombeiros havia dito. Esperamos uma hora para conseguir falar com ele, mas ele manteve sua posição: sem os bombeiros e a CET-Rio, ele não liberaria o baile.

Na véspera do baile, no dia 22 de outubro de 2010, o jornal Extra publicou uma matéria falando da incerteza em relação à realização do evento:

“A volta do baile funk na Ladeira do Tabajaras, em Copacabana, está ameaçada. O evento está suspenso há duas semanas. O estopim para o fim do baile foi uma briga entre frequentadores que terminou com um policial agredido por um dos envolvidos. Apesar de já terem anunciado o baile para o próximo sábado, na quadra da Escola de Samba Unidos da Vila Rica, os organizadores correm para atender às exigências do comandante da Unidade de Polícia Pacificadora da comunidade, capitão Renato Senna. Entre as exigências, estão maior número de seguranças, saída de emergência e controle de entrada do público.

— Ainda não sabemos se haverá o baile. Estou aguardando a autorização do Corpo de Bombeiros e a resposta da Guarda Municipal e da CET-Rio. O presidente da Associação dos Amigos e Profissionais do Funk (APAFunk), Leonardo Mota, mais conhecido como MC Leonardo, garante que o baile vai acontecer.

— Já estamos correndo atrás da autorização dos Bombeiros. O coronel Robson Rodrigues, comandante da Polícia Pacificadora, informou que as exigências deverão ser cumpridas em todas as comunidades pacificadas com bailes.

A Cet-Rio confirmou o planejamento para o evento. Já a Guarda Municipal ainda não garantiu nenhuma atuação no local. Segundo o coronel Roni de Azevedo, diretor do departamento de Diversões Públicas do Corpo de

Bombeiros, a autorização para o baile está sendo analisada e o local deverá ser aprovado.”³

Naquele sábado, o baile acabou acontecendo, devido à intervenção da Secretaria de Cultura. Porém, não só não havia ninguém da CET-Rio ou da Guarda Municipal, como, pela primeira vez desde o início do baile, os policiais da UPP do Tabajaras não apareceram no local. Estive presente durante todo o baile e não presenciei qualquer problema, a não ser a diminuição no número de participantes – pela primeira vez, desde que os bailes começaram –, o que os organizadores atribuíram, principalmente, à mídia, que teria aventado a possibilidade de o baile não ocorrer.

A ausência da polícia soou como se o capitão Senna tivesse ficado afrontado com o descumprimento de suas exigências. Pareceu-me um “recado” de que não estaria disposto a assumir responsabilidades sozinho.

Segundo o MC, a polícia militar é uma corporação que não entende as necessidades da favela. Esse é, afinal, o grande problema que Leonardo vê no programa das UPPs – o fato de não levar em consideração as necessidades específicas de cada favela e não ouvir a comunidade de moradores. Porém, o MC não nega os benefícios que as UPPs trouxeram,

“O áudio-visual ficou muito bom. Você perde aquele visual de gente armada, pernoitada, com um montão de droga, tomando whisky a 3 dias, com fuzil, com bomba na cintura. É horrível esse visual. E o barulho de tiro não tem mais. Só que a favela não vive só de crime.”

Para ele, essa é a questão.

“Mais uma vez o Estado só está dando polícia para a favela, é só polícia que a favela recebeu até agora e uma polícia truculenta e arbitrária. É a UPP e nada mais. Para o jovem, está horrível. Para a molecada, tá legal, para as senhoras, está uma maravilha, mas o jovem precisa sair de casa para conhecer outros jovens.”

A questão dos direitos se faz presente nessa colocação do MC, na medida em que, para ele, os moradores das favelas têm que exigir a participação de outros órgãos na vida da favela.

³ Ladeira do Tabajaras pode ficar sem baile funk. **Jornal Extra**, 22 de outubro de 2010.

“Todo esse conjunto de fatores só pode ser combatido num nível muito superior ao policial da esquina, que é o que eu tô fazendo. Eu não tô pedindo nada à Secretaria de Cultura, eu tô exigindo; não é um pedido à Secretaria de Direitos Humanos, é uma exigência. Pra que eles existem? Eles têm que trabalhar. Essa sabedoria, essa informação eu fui buscar – o colégio não me ensinou. As favelas ocupadas, principalmente as que estão ocupadas, têm que saber que sem a participação direta delas a UPP tende a dar errado. E a participação direta delas é cobrar a participação dos órgãos. Não é nem eles fazerem nada, é mandar as pessoas trabalharem. Não mandaram polícia pra cá? Agora manda o restante. Só tem polícia pra me dar, mais uma vez.”

Dar voz à favela para que ela defina suas prioridades e controle as ações a serem implementadas em seu território é uma constante preocupação de Leonardo. Suas colocações levantam questões importantes, como a relação entre estado e sociedade e a participação plena na vida social como cidadão, incluindo aí direitos e deveres. Há um longo caminho a ser percorrido nesse sentido.

Evelina Dagnino (1994) explora uma nova noção de cidadania, que traz algumas propostas em consonância com as colocações do MC Leonardo. A autora parte das condições necessárias para a construção de uma nova cidadania como estratégia política para o desenvolvimento de uma cultura democrática no Brasil. Segundo ela, cidadania é uma categoria em disputa no país, entre os liberais, que desejam a manutenção do status quo, e aqueles que apostam em uma perspectiva deliberativa e participativa.

Dagnino atribui aos movimentos sociais e suas lutas por direitos, tanto na chave da igualdade como na da diferença, a possibilidade de uma nova cidadania, que implicaria uma redefinição da relação do Estado e da sociedade, baseada na construção e difusão de uma cultura democrática. Penso que, de alguma forma, a luta da APAFunk pelo reconhecimento do funk como movimento cultural redefine, pelo menos para aqueles envolvidos com a associação, sua relação com o Estado. Quando o MC diz que os moradores das favelas ocupadas têm que exigir a participação de outros órgãos públicos além daqueles ligados à segurança, ele está propondo uma nova forma de se relacionar com a esfera estatal – não na chave usual, do favor e da subordinação, mas na chave da afirmação de direitos.

A nova cidadania é mais do que o reconhecimento formal de direitos; ela passa por uma nova proposta de sociabilidade, em que as relações sociais se tornem mais igualitárias em todos os níveis. Isso vai significar um processo de

aprendizado social, não só para aqueles que estão se tornando cidadãos, mas para toda a sociedade, já que esta tem que aprender a conviver com “esses cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles” (Dagnino, 1994: 109). Outra característica importante da concepção de cidadania apresentada por Dagnino é “o direito de participar efetivamente da própria definição do sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos.”

Assim como no argumento de Vera Telles, Dagnino diagnostica a profunda desigualdade social do país a partir da lógica autoritária que marcou a história política brasileira. Ela vincula essa lógica com o quadro de miséria social que ainda se faz presente no país. É nesse sentido que a dimensão cultural ganha relevância extrema. Pois a nova cidadania necessita de sujeitos reflexivos, capazes de definir suas prioridades e demandá-las na esfera pública. Dagnino define como uma cidadania “de baixo para cima”, em que esses sujeitos definem o que consideram como direitos e lutam por seu reconhecimento. Essa reflexividade exigida pela nova cidadania pode ser associada ao processo de construção de identidade coletiva na concepção de Melucci, apresentada no primeiro capítulo, uma vez que esta também necessita que o ator reconheça e defina, em relação com o meio externo, suas possibilidades de ação dentro de um campo de oportunidades e constrangimentos.

Porém, há discrepâncias entre a proposta de Dagnino e o discurso do MC em relação ao papel do Estado. Para a autora, o desenvolvimento de uma cultura democrática significa retirar o foco do papel do Estado como provedor de direitos, uma vez que já ficou claro que a garantia formal dos direitos não significa que estes se realizem na vida prática. Apesar de ter consciência de que apenas a formalidade do direito não resolve, as palavras do MC demonstram que o Estado ainda é o foco principal na exigência de direitos.

“Lei não muda nada, é um pedaço de papel. A lei é um importante instrumento de mudança, mas quem muda alguma coisa é você. É você que, com essa lei debaixo do braço, vai entrar nos órgãos competentes e vai falar: eu exijo”

A fim de demonstrar a importância que o Estado assume na luta por direitos de movimentos como o da APAFunk, volto aqui à questão da Resolução

013 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Como já apresentado nesse capítulo, essa resolução foi mencionada pelo secretário de Segurança do Estado como um possível impedimento para a realização dos bailes funk nas favelas pacificadas, já que faz exigências difíceis de serem cumpridas pelos produtores desses bailes, que, com isso, passariam a ter problemas com o Ministério Público.

A partir disso, o MC Leonardo se mobilizou não só para resolver esses possíveis problemas com o MP, organizando, junto com o procurador do estado, uma comissão para viabilizar a efetividade da Lei 5.543/09, que resultou na abertura do baile no Tabajaras, mas, como ele mesmo coloca,

“Não é só isso que a gente quer, a gente quer pegar todas as resoluções vigentes no país, principalmente das cidades mais barulhentas, Salvador, São Paulo, ver os limites de tudo e discutir uma pro Rio. A gente tem que entender a nossa cidade, o principal é a gente entender como se dá a geografia do Rio de Janeiro para se fazer evento.”

Para isso, mais uma vez a APAFunk buscou formar alianças que venham a fortalecer e ampliar sua capacidade de atuação. Nesse caso específico, foi com o departamento de direito da Fundação Getúlio Vargas.

No dia 31 de maio desse ano, realizou-se, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, uma audiência pública intitulada “Agentes Culturais e Autoridades da Segurança Pública”, organizada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania em conjunto com a Comissão de Cultura, ambas da ALERJ, com o objetivo de discutir a atuação das polícias na regulação de atividades culturais, o que é atualmente regulamentado pela Resolução 013⁴.

Houve, finalmente, um consenso entre policiais e funkeiros sobre a necessidade de se rever a regulamentação para encontrar uma forma de liberar os bailes funk dentro das favelas. O problema foi resumido pelo MC Leonardo na audiência:

“O funk pode ser tocado hoje em dia em qualquer lugar do Rio de Janeiro, menos no lugar de onde veio: a favela”

⁴ Todas as informações sobre essa audiência foram retiradas de: http://www.marcelofreixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=295 e <http://APAFunk.blogspot.com/2011/05/audiencia-publica-agentes-culturais-e.html>

A PM alega que a Resolução 013 é a principal razão para os bailes ainda não conseguirem autorização. Mesmo assim, o coronel Luigi Gatto, um dos representantes da PM na audiência, afirmou que *“o funk é necessário, é legítimo e não pode ser ilegal”*, demonstrando uma postura mais aberta e receptiva do que a polícia vinha demonstrando até então. O advogado da FGV, Luiz Moncau, que vem ajudando a APAFunk a formular uma nova proposta para o texto da resolução, explicou que

“Há muita burocracia e exigências hoje que tornam inacessível a autorização para produtores da favela. Há necessidade da construção de uma regulamentação que contemple as diferenças, para impedir o privilégio para produtores de cultura detentores de poder econômico.”

O principal resultado da audiência foi a criação de um grupo de trabalho, formado por representantes das secretarias de Segurança Pública e de Cultura, da Fundação Getúlio Vargas e da APAFunk, para a elaboração de um novo texto para a Resolução 013.

A partir dos episódios relatados nesse trabalho, principalmente nesse capítulo, é possível formular algumas questões. Em primeiro lugar, é fato que o funk e os bailes organizados pelos funkeiros não encontraram ainda um espaço favorável na mídia, uma massificação positiva, como ocorreu com o samba no começo do século 20. Naquela época, mesmo sob perseguição da polícia, os sambistas contavam com o apoio de muitos jornalistas, que não apenas frequentavam as rodas de samba, como também – e, talvez, por isso – noticiavam os lugares de reunião dos compositores, dos ensaios das primeiras escolas, das concentrações dos blocos e assim por diante. Essa prática “naturalizou” o domínio do samba nos redutos populares e diversificou o acesso a ele, pois diferentes grupos de distintas extrações sociais passaram a acorrer aos lugares anunciados. Além disso, havia grande número de atividades ligadas ao samba ocorrendo simultaneamente, o que ampliava a sensação de um movimento forte e enraizado em toda a cidade. Já no caso do funk, a imprensa não se comporta da mesma forma. Mantém uma enorme distância em relação aos bailes, seus atores, seus interesses e, na grande maioria das vezes, se comporta como um dispositivo da ordem, quase que um braço auxiliar das forças de segurança, criticando o movimento em tom de denúncia e preconceito.

A segunda questão diz respeito ao papel desempenhado pelo MC Leonardo. Ele é, sem dúvida, o herói da narrativa de organização do funk como movimento cultural. Nesse sentido, está dentro e fora do movimento – “dentro” quando compõe e se apresenta nos bailes; “fora” quando se põe como racionalizador de todo o processo, como uma inteligência reflexiva que, embora demonstre compromisso com a liberdade de expressão dos funkeiros, acaba introduzindo, ainda que esta não seja a sua intenção, aspectos centralizadores na dinâmica do movimento. Mais recentemente, inclusive, passou a falar da APAFunk como uma entidade que ensina não apenas os direitos dos funkeiros, mas também os direitos de toda a comunidade que vive excluída, sem acesso à cidade.

A terceira questão se refere ao comportamento da polícia e demais instituições ligadas à segurança dos bailes funk. É claro que tais instituições mantêm uma relação ambígua com o tema: por um lado, não reconhecem valor cultural no funk, e por isso não conseguem compreender a atividade como um campo de profissionalização dos artistas envolvidos na realização dos bailes. Isso fica bastante claro quando Leonardo aponta o desejo de alguns dos PMs lotados em favelas pacificadas de levarem para lá o que consideram uma “verdadeira” manifestação cultural – o folclore – em detrimento do funk. Por outro lado, embora não reconhecendo os bailes como um empreendimento profissional, desempenham seus respectivos papéis com excesso de profissionalismo, exigindo dos seus organizadores o cumprimento de cada detalhe do código de posturas.

Finalmente, a quarta questão se refere ao papel da APAFunk, ora uma entidade-frente para que o funk mantenha uma porta de interlocução com outros setores da sociedade – a universidade, a política, o mercado etc. –, ora uma escola de civismo liderada por Leonardo.

É verdade que nenhuma dessas questões tem resposta, e que a sua formulação é apenas parte do processo de conhecimento sobre o funk. De qualquer modo, elas apontam para as tensões que pude observar no movimento, principalmente nessa tentativa de Leonardo de estabelecer interlocução com a cidade. As comunidades falam mediante o funk; mas essa fala precisa de tradutores. Até aqui, a busca desses tradutores tem sido obra da APAFunk. Mas

essa centralização pode, apesar das suas melhores intenções, engessar o sentido do que se pretende comunicar.